

Comissão aprova exigência de ficha limpa a candidatos

Projeto votado ontem na Comissão de Justiça estabelece que condenação em primeira instância é suficiente para impedir candidatura a cargos eletivos. Mudança deve ser examinada pelo Plenário depois do recesso

Na reunião presidida por Marco Maciel (E), a CCJ acolheu mudanças propostas por Demostenes Torres (D). Líderes partidários adiaram votação da proposta. Plenário examinará hoje quatro MPs e mais de 20 projetos



Leopoldo Silva

O projeto de Demostenes Torres – que engloba 21 propostas – aprovado pela CCJ também inova ao determinar que ficam inelegíveis os ocupantes de cargos executivos que renunciarem a seus mandatos após a apresentação de requerimento ou de representação formal que possam acarretar a perda desses mandatos. Outra mudança é a exigência de que ocupantes de cargos executivos e seus vices que concorram à reeleição se licenciem do mandato pelo menos quatro meses antes do pleito. Os líderes partidários adiaram a votação do projeto para depois do recesso parlamentar. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, lamentou que não tenha havido acordo para exame imediato. **3**

Paulo Lima



Livros fiscais poderão ser guardados em meio eletrônico

Objetivo de projeto aprovado por comissão do Senado é reduzir os custos de impressão e armazenagem de dados. **2**

Chegam ao Congresso contas do governo relativas a 2007

Tribunal de Contas da União entrega a Garibaldi Alves parecer favorável a demonstrativo de gastos, com 22 ressalvas. **7**

Senado acolhe indicações de autoridades

Foram aceitas pelo Plenário as indicações de três membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do novo diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e de embaixadores. **5**



Gerardo Magela

Senadores discutem mensagens presidenciais. Hoje devem ser votadas medidas provisórias e mais de 20 projetos de lei

Comissão estuda mudança em código

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, instala hoje comissão que vai reformar o Código de Processo Penal. **7**

Respeito às pessoas com deficiência

Congresso promulga hoje projeto que aprova o texto de convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. **7**

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem pauta trancada por MPs

Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta continua trancada por quatro medidas provisórias: MP 424, MP 425, PLV 17 (proveniente da MP 426) e PLV 16 (da MP 422).



Reforma do Código de Processo Penal

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa, às 9h, da instalação da comissão de juristas responsável pelo anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal e, às 11h30, da solenidade de promulgação do decreto legislativo que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Às 12h30, reúne-se com os demais membros da Mesa diretora.

Representante de funcionários da Varig depõe na CI

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) ouve, às 10h, o comandante Elnio Borges Malheiros, presidente da Associação dos Pilotos da Varig, sobre denúncia de favorecimento de um fundo norte-americano pela Casa Civil na compra da Varig.

CAS examina proposta sobre energia solar

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota proposta para incentivar a utilização de energia solar. Entre os 15 itens da pauta, está ainda projeto que aumenta de cinco para 15 dias consecutivos a licença-paternidade.

Transporte de gás natural em análise na CCI

O primeiro dos 21 itens da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – que se reúne às 10h – é o projeto que institui normas para a exploração das atividades de transporte de gás natural por meio de dutos,

além da importação e da exportação do produto. Outro projeto a ser examinado autoriza a União a implantar os programas Incentivo-Alfa e Quinquênio da Alfabetização, visando à erradicação do analfabetismo no país.

Audiência discute interferências de rádios clandestinas

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) debate, às 9h, a interferência de rádios clandestinas no tráfego aéreo e nas transmissões de TV. Antes, a CCT vota proposta sobre a criação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.

Comissão Mista de Orçamento tem duas reuniões

O projeto de lei do Orçamento para 2009 é tema da reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO), às 10h. No encontro das 14h30, um dos itens da pauta são verbas para a campanha para o Rio de Janeiro sediar as Olimpíadas em 2016.

Proteção à criança e ao adolescente

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vota, às 9h, pauta de cinco itens, entre eles projeto que cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente.

CRA debate Pronaf com ministro Guilherme Cassel

Às 11h, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza audiência com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Representação no Parlamento do Mercosul

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul examina, às 14h30, acordo sobre concessão de visto gratuito a estudantes e docentes dos países do Mercosul que solicitarem residência em outro país do bloco.

Projeto de Paulo Octávio aprovado ontem pela CAE visa reduzir o volume dos documentos arquivados, melhorando acesso aos dados e sua utilização

Livro contábil poderá ser guardado em meio magnético

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o projeto substitutivo apresentado pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ) à proposta que permite às empresas privadas o armazenamento dos seus livros contábeis obrigatórios em meio magnético. A proposta, de iniciativa do então senador Paulo Octávio, hoje vice-governador do Distrito Federal, tem por objetivo reduzir o volume dos documentos arquivados, melhorando, assim, o acesso aos dados e a sua utilização. O projeto vai agora para votação em Plenário.

Para Dornelles, a aprovação da proposta (PLS 136/03) reduzirá os custos de impressão

e armazenamento de dados, além de facilitar a atividade de fiscalização por parte do Estado, em razão de melhorias na organização, na verificação, na confrontação e na análise das informações fornecidas pelas empresas.

Títulos públicos

Um pedido de vista coletiva encabeçado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) levou a CAE a adiar para a próxima reunião a votação de projeto de resolução do Senado (PRS 24/08), de autoria de Osmar Dias (PDT-PR). Esse projeto desobriga o estado do Paraná a pagar multas à União por conta de títulos precatórios emitidos pelos estados de Santa

Catarina, Alagoas e Pernambuco e pelos municípios de Osasco e Guarulhos (SP), mantidos na carteira do extinto Banco do Estado do Paraná S.A. (Banestado).

Os títulos públicos foram declarados nulos por comissão parlamentar de inquérito (CPI dos Precatórios), levando o Paraná a recusar o seu pagamento. Com o objetivo de equacionar essa questão – acrescentou Osmar Dias –, o governo do Paraná entrou com ação judicial contestando a multa aplicada e as demais sanções pertinentes, sob a alegação da nulidade dos títulos. Para o senador, “a aprovação do projeto trará um alento para as futuras administrações do estado”.



Integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos decidiram adiar projeto que desobriga Paraná de pagar multas à União

Aprovados empréstimos para Vitória e Sorocaba

Os municípios de Sorocaba (SP) e Vitória (ES) obtiveram ontem autorização da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para realizar operações de crédito externo. Sorocaba deve contratar US\$ 42,79 milhões junto à Cooperativa Andina de Fomento (CAF) para financiar ações referentes a programa ambiental e de integração social. Já a capital capixaba será atendida com US\$ 39,1 milhões, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para realizar programa de desenvolvimento urbano e inclusão social.

As duas operações vão contar com garantia da União. Agora, as mensagens encaminhadas pelo Executivo vão seguir para

exame em Plenário, com pedido de urgência aprovado pela CAE. Os senadores manifestaram preocupação em evitar os riscos de impedimento de prazos da legislação eleitoral. Para que possam ser executados, em anos de eleições, os contratos e convênios precisam ser assinados pelo menos 90 dias antes da data do primeiro turno – que recairá em 5 de outubro.

Prevenção

De acordo com a mensagem (MSF 129/08) relatada por Valter Pereira (PMDB-MS), o empréstimo para Sorocaba será empregado, entre outras finalidades, em melhoria do sistema de drenagem urbana para reduzir

riscos de inundações e alagamentos em áreas de influência do córrego Itanguá. O programa envolve ainda projetos de melhorias no sistema viário da cidade e urbanização de praças, parques e áreas desportivas.

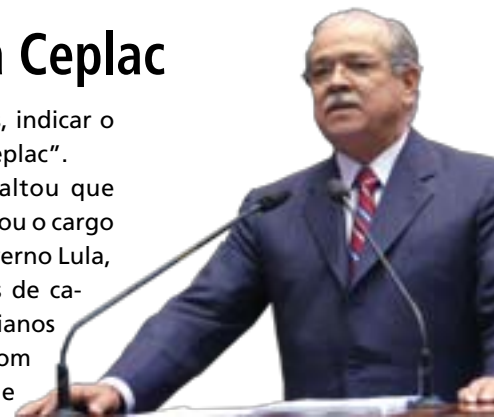
Já o programa de investimentos da prefeitura de Vitória visa melhorar as condições ambientais e de urbanização em bairros com reduzida infra-estrutura. Os recursos também devem apoiar a ampliação da rede de equipamentos e serviços sociais e ações de requalificação de zonas degradadas no centro da cidade, segundo a mensagem (MSF 132/08) que obteve parecer favorável de Pedro Simon (PMDB-RS).

Protesto contra mudança na Ceplac

César Borges (PR-BA) questionou ontem o afastamento do superintendente da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (Ceplac), Gustavo Moura, que é baiano, e a indicação do novo superintendente, Jay Wallace Mota, paraense. Na opinião do senador, a substituição “revela o desprestígio” da Bahia em relação à produção cacaueira no atual governo. Ele disse que, “por ser o berço da produção de cacau e por ter instalado uma comissão nacional com essa finalidade, o estado

merecia, pelo menos, indicar o novo dirigente da Ceplac”.

César Borges ressaltou que Gustavo Moura ocupou o cargo desde o início do governo Lula, e que os produtores de cacau e os políticos baianos estavam satisfeitos com o seu desempenho e certos de sua continuidade à frente da Ceplac. Para o senador, o fato é de se estranhar, no momento em que o governo anuncia um PAC do cacau, que objetiva otimizar a produção do cacau na Bahia.



César Borges vê “desprestígio” da Bahia

O parlamentar também requereu voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado estadual pela Bahia Horácio Matos.

Emenda garante mandato no CNJ após os 66 anos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem emenda de Plenário, apresentada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, e outros senadores à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 22/06, para permitir que os ministros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) permaneçam no órgão até o final do mandato, que é de dois anos, mesmo que atinjam a idade limite de 66 anos.

O relator da matéria no colegiado, senador José Agripino (DEM-RN), explicou que os membros do conselho indicados por tribunais – além do Supremo Tribunal Federal (STF), há integrantes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e de tribunais regionais e de Justiça – estão obrigados pela Constituição a deixar o órgão ao atingirem 66 anos. A emenda permitirá que eles cumpram integralmente o mandato.

Já o objetivo da proposta de emenda à Constituição é tornar o presidente do STF membro e presidente nato do Conselho Nacional de Justiça. Isso evitaria que um segundo integrante da Corte Suprema, ao se tornar membro do CNJ e seu presidente, ficasse também isento da distribuição de processos no STF, como determina a Constituição.

Jereissati quer verbas do petróleo na educação

Tramita na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), pronto para receber emendas, projeto de lei do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que cria o Fundo Nacional do Petróleo para Formação de Poupança e Desenvolvimento da Educação Básica (Funped). Os recursos seriam destinados à educação básica e à redução da dívida pública.

A proposta (PLS 268/08) altera a Lei do Petróleo – que trata da política energética nacional e das atividades ligadas ao produto – para modificar a distribuição, entre os entes federativos, dos royalties decorrentes da exploração petrolífera e de gás natural.

O objetivo, diz Jereissati, é “sanar a injustiça” de se concentrar “a destinação de tantos recursos a poucos estados e municípios”. Deve-se levar em consideração, disse, que esses recursos têm como origem a exploração de bens pertencentes à União. Para o senador, o fundo destinará suas verbas principalmente para financiamento da educação básica.

Jereissati afirma que o projeto reconhece o direito de municípios e estados produtores serem compensados pela exploração de petróleo, mas impõe “valores mais razoáveis” para o benefício, equivalentes ao que era pago em 1998, primeiro ano de vigência da Lei do Petróleo.

Pessoas condenadas em qualquer fase de processo judicial não poderão ser candidatas, segundo substitutivo. Texto também torna inelegível quem renunciar após apresentação de requerimento que possa resultar na perda do cargo



Ao lado do presidente da CCJ, Marco Maciel (D), Demostenes defendeu texto que determina licença de candidatos à reeleição

Para CCJ, condenação em 1ª instância impede candidatura

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO) que acaba com a exigência de condenação final na Justiça para que o candidato se torne inelegível, bastando para isso uma condenação em primeira ou única instância.

Outra novidade é a inelegibilidade para ocupantes de cargos executivos (presidente da República, governadores e prefeitos) e legislativos (senadores, deputados estaduais e federais e vereadores) que renunciarem a seus mandatos após a apresentação de representação ou requerimento que peça a perda de seus

mandatos. A inelegibilidade vale para as eleições que se realizarem nos oito anos subsequentes ao término dos mandatos aos quais renunciarem.

A proposta também inova ao exigir que ocupantes de cargos executivos e seus vices que concorram à reeleição se licenciem do mandato pelo menos quatro meses antes do pleito. Em caso de disputa em segundo turno, a licença deverá ser renovada.

Ao permitir que condenações de primeira instância determinem a inelegibilidade, o substitutivo criou salvaguardas para que eventuais recursos interpostos pelos condenados possam ser julgados com agili-

dade. Assim, determinou que os tribunais concedam “absoluta prioridade” aos recursos, sujeitando-os a sanções administrativas e penais. Na Justiça Eleitoral, por exemplo, o recurso poderá ser feito diretamente à instância superior, caso o julgamento não seja feito nos prazos fixados.

Após a aprovação aos 21 projetos que tratam de situações de inelegibilidade e alteram a Lei Complementar 64/90, a CCJ decidiu pedir urgência para votação do substitutivo em Plenário. A proposta segue a tramitação como PLS 390/05, projeto de Renan Calheiros (PMDB-AL) que serviu como base ao substitutivo.

Substitutivo não vai a Plenário antes de agosto

Os líderes partidários decidiram ontem adiar a votação em Plenário do substitutivo (PLS 390/05) do senador Demostenes Torres (DEM-GO) que promove alterações na Lei das Inelegibilidades. Segundo o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), é preciso aprofundar a discussão.

– Ainda existem emendas a serem apresentadas; não há consenso. É preciso votar com tranquilidade uma matéria como essa – disse Jucá.

O líder do Democratas, José Agripino (RN), favorável ao substitutivo, observou que um item polêmico como a alteração da Lei das Inelegibilidades à frente da lista de matérias a serem apreciadas antes do recesso

pode inviabilizar as demais. Já o presidente do Senado, Garibaldi Alves, lamentou que não fosse possível chegar a um acordo.

– Penso que essas propostas vêm ao encontro de um reclamo da sociedade. A própria Constituição prevê essa regulamentação – afirmou Garibaldi.

Votação de MPs

Segundo o senador Romero Jucá, acordo permitirá votar na sessão de hoje quatro medidas provisórias e mais de 20 projetos de lei. Entre as MPs consta a 424/08, que abre crédito de R\$ 1,8 bilhão para órgãos do Executivo. Os senadores também poderão votar propostas de emenda à Constituição, como a

que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade (PEC 5/07), a que altera as regras para o pagamento dos precatórios (PEC 12/06) e as que tratam do voto aberto nas deliberações do Congresso (PECs 38/04, 50/06 e 86/07). Garibaldi informou que as votações amanhã terão início às 15h, e não às 16h, como de praxe.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 está pronta para ser votada e, de acordo com Jucá, o governo sugere que isso aconteça amanhã pela manhã. Conforme Garibaldi Alves, porém, a data da votação da LDO pelo Congresso ainda não está confirmada, por depender de entendimentos com a Câmara.



Acordo na reunião de líderes pode levar à votação, hoje, de quatro medidas provisórias e mais de 20 projetos em Plenário

O que mudaria na Lei das Inelegibilidades

Principais mudanças na Lei das Inelegibilidades (Lei 64/90) sugeridas no substitutivo aprovado pela CCJ:

- o membro do Poder Legislativo federal, estadual ou municipal que infringir a Constituição ou quebrar o decoro parlamentar fica inelegível por oito anos, a partir da perda do mandato. Atualmente, a inelegibilidade abarca o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e os oito anos subsequentes.

- uma representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral em primeira instância, em processo de abuso de poder econômico ou político, tornará o candidato inelegível para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado e para as que se realizarem até seis anos seguintes à decisão.

- a inelegibilidade de seis anos também passa a valer para representações julgadas procedentes pela Justiça Eleitoral nos casos de uso indevido, desvio ou abuso de poder econômico ou de autoridade ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, sem prejuízo de instauração de processo criminal. A legislação atual estipula a inelegibilidade de três anos e é omissa em relação a meios de comunicação.

- fica inelegível quem for condenado em primeira instância por crimes eleitorais, contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, de tráfico de entorpecente. E acrescenta a essa lista os crimes hediondos, os crimes com pena máxima não inferior a dez anos e os crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes e de lavagem de dinheiro.

- torna-se inelegível por cinco anos o agente público que tiver contas rejeitadas por dano ao erário. Somente se a Justiça der provimento a ação contrária à rejeição das contas ele poderá concorrer. A legislação atual permite a candidatura enquanto houver questionamento na Justiça, em qualquer nível.

- o período de inelegibilidade passa de três para quatro anos para detentores de cargo que beneficiarem a si ou a terceiros, por abuso de poder econômico ou político, bastando para isso uma condenação em primeira instância.

- fica inelegível quem for condenado em primeira instância pela Justiça Eleitoral por compra de votos pelo período de oito anos a partir do pleito em que for constatada a fraude.

Ideli: "País enfrentará crise com produção"

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), afirmou ontem que o governo "está preocupado" com a inflação, mas teme que seja difundido um "discurso de pânico" de que a situação está saindo do controle, o que prejudicaria a luta contra o aumento de preços. A senadora disse que o governo já fixou sua estratégia de combate à inflação, que passa pelo aumento da produção nacional de alimentos.

– O presidente Lula definiu que vamos enfrentar a crise com a produção, e não com recessão – enfatizou.

Ideli leu trecho de matéria da revista *Carta Capital* desta semana que apresenta um levantamento revelando que 74% dos empresários esperam crescimento de seus negócios neste segundo semestre.

A senadora leu ainda manchetes dos jornais de seu estado *A Notícia* e *Diário Catarinense*, as quais informam que as empresas de Santa Catarina pretendem investir, até 2010, R\$ 6 bilhões em ampliação, modernização, aprimoramento tecnológico e desenvolvimento de novos produtos.



Para Ideli, discurso de pânico pode prejudicar combate à alta de preços

Agripino: inflação está atacando os pobres

José Agripino (RN), líder do DEM na Casa, advertiu que a alta de preços está atingindo principalmente a população brasileira mais pobre. O senador disse que a inflação de junho, para a população de baixa renda, foi de 1,3%.

– Quem ganha salário mínimo gasta tudo o que ganha com comida, aluguel, água e luz, que é o que está subindo. A inflação está indo na testa do pobre, está consumindo tudo o que ele ganha – assinalou Agripino.

O líder do DEM afirmou que a inflação dos últimos 12 meses (9,11%) "já comeu" o reajuste dado ao salário mínimo este ano, que foi de 9,4%. Para enfrentar a atual "espiral inflacionária", opinou Agripino, o Brasil precisa resolver dois problemas: a alta carga tributária e a alta taxa de juros.

Agripino também informou que o presidente da Associação dos Pilotos da Varig e representante da entidade de trabalhadores da empresa, comandante Elnio Borges Maheiros, comparece hoje a audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para "prestar depoimento sobre a venda da Varig/VarigLog".



Para deter espiral inflacionária, Agripino pede redução de tributo e juros baixos

Mozarildo entrega pedido de criação da CPI da Amazônia

Denúncias de má prestação de serviços pela Funai e Funasa, tráfico nas regiões de fronteira e conflitos na reserva Raposa Serra do Sol serão objeto de apuração

MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) encaminhou ontem à Mesa do Senado um requerimento em que pede a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Amazônia. De acordo com a assessoria do senador, o requerimento já conta com 55 assinaturas – o mínimo exigido é 27. A Secretaria Geral da Mesa vai proceder à conferência das assinaturas e verificar se o documento atende às exigências regimentais.

Mozarildo explica que a CPI deverá "investigar fatos determinados amplamente noticiados pelos meios de comunicação e que dizem respeito à Amazô-



Mozarildo quer investigação de fatos amplamente noticiados pela imprensa

nia", como o conflito referente à demarcação da reserva Raposa Serra do Sol; denúncias de falta de assistência à saúde indígena;

e má prestação de serviços por parte da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

A comissão também investigará a extensão das áreas indígenas em Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, que chegam a ocupar 57%, 21%, 20% e 30% do território desses estados, respectivamente.

Ainda serão objeto da CPI problemas relativos à soberania nas áreas de fronteira, como tráfico internacional, terrorismo e guerrilhas. A CPI será integrada por 11 senadores titulares e seis suplentes, e terá prazo de 180 dias para concluir os trabalhos.

Jefferson Praia propõe medidas para desenvolver a Amazônia

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) relatou ao Plenário as sugestões que apresentou ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), em pronunciamento no dia 3 deste mês, com vistas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia. Uma



Jefferson Praia relata medidas sugeridas em encontro da ONU

delas é intensificar a presença do Estado na região – não apenas na fiscalização repressiva do desmatamento, mas também na criação de alternativas econômicas à destruição da floresta, tais como o ecoturismo, além de projetos voltados à agregação de valor aos produtos madeireiros e não-madeireiros.

Jefferson sugeriu ainda investimentos em ciência e tecnologia e na formação de capital intelectual; o estímulo à socialização da informação tecnológica; a realização do zoneamento ecológico-econômico; a adoção de políticas públicas compartilhadas no âmbito dos governos fede-

ral, estadual e municipal; a promoção do ordenamento fundiário; a melhoria da infra-estrutura; e a recuperação das áreas degradadas e desmatadas.

O senador ressaltou, no entanto, que nem o Brasil nem qualquer outro país da

Bacia Amazônica será capaz de arcar sozinho com o ônus financeiro dessas iniciativas. Ele lembrou declaração recente do ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair, de que "os brasileiros necessitam da ajuda do mundo desenvolvido para combater e, sobretudo, prevenir a devastação da floresta."

– À medida que o planeta se aproxima de 2012, data em que expira a primeira fase do Protocolo de Kyoto, somos todos desafiados a pensar em melhores alternativas para engajar a comunidade internacional em uma campanha permanente para reduzir o aquecimento global – disse.

Suplicy rejeita suposta ação contra o MST

Eduardo Suplicy (PT-SP) protestou contra decisão recente do Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul de supostamente criminalizar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MP acusa o movimento de agir de modo ilegal ao realizar marchas,

colunas e outros deslocamentos pela desapropriação de terras.

O parlamentar disse que, hoje, serão promovidas manifestações em Brasília e em São Paulo em repúdio à criminalização do MST.

Posteriormente, Suplicy apresentou em Plenário mensagem emitida pelo procurador-geral

de Justiça do Rio Grande do Sul, Mauro Henrique Renner, para esclarecer a estranheza provocada pelo que chamou de "malentendido" e que deu margem à especulação de que o Ministério Público teria ingressado com ação judicial para criminalizar e extinguir o MST.

Valadares aponta especulação financeira



Valadares diz que é preciso reação energética de todos os governos

Ao alertar para o risco de graves tensões sociais e políticas devido à alta nos preços dos alimentos, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apontou a especulação financeira como a principal causa da presente onda inflacionária.

Valadares criticou os fundos especulativos em todo o mundo por "ganharem rios de dinheiro, jogando suas cartas – diante do fraco desempenho da economia americana – na escalada dos preços dos produtos primários e não somente agrícolas".

– Com relação ao capital especulativo e sua sede de lucrar com *commodities*, esse ponto tem que ser atacado: é preciso uma reação energética do governo e de todos os governos o quanto antes. Não se pode, em nome da agiotagem, permitir que o circo pegue fogo, que a população mais pobre pague a conta da especulação para alegria dos aplicadores internacionais – disse.

Na avaliação de Valadares, o atual surto inflacionário tem características muito graves por atingir, em nível mundial, produtos básicos destinados às camadas sociais menos favorecidas da população.

João Pedro vê "arrogância" dos países ricos

João Pedro (PT-AM) fez uma reflexão sobre a reunião do G-8 – os sete países mais industrializados e a Rússia – que se realiza no Japão, e as conseqüências sobre a crise alimentar que vive a parte pobre do mundo. Para o senador, essa situação é resultado da crise do sistema capitalista mundial, que privilegia o lucro.

– Essa é uma crise estruturante, onde a maioria se torna refém do modelo excludente que privilegia os grandes grupos econômicos. Os países ricos deveriam ter um olhar, que o capitalismo não tem, de construir uma sociedade mais humana e mais solidária.

João Pedro disse esperar que os países emergentes convidados para a reunião – Brasil, Índia, China, África do Sul e México – possam "quebrar a arrogância, a forma autoritária e discriminatória com que países ricos tratam os países pobres"



João Pedro: maioria é refém de grupos econômicos



Moreira Mariz

Geovani elogia lei seca e diz que estradas ruins também causam muitos acidentes

Geovani Borges cobra prevenção a alcoolismo

A lei que prevê maior rigor contra o motorista que ingerir bebidas alcoólicas (Lei 11.705/08, conhecida como lei seca) foi apoiada por Geovani Borges (PMDB-AP). No entanto, o senador cobrou do governo federal a criação de programas de apoio a dependentes químicos, e de campanhas de conscientização nas escolas sobre os riscos do consumo de álcool.

Geovani também criticou as condições de tráfego das estradas brasileiras. Segundo ele, a existência de rodovias "esburacadas, mal sinalizadas e escuras e sem qualquer infraestrutura", também contribui para potencializar o risco de acidentes.

Para o senador, as autoridades públicas precisam estar atentas ao drama do alcoolismo. Em sua avaliação, a política de prevenção ao uso de drogas e álcool e para o tratamento e assistência psiquiátrica de dependentes químicos tem sido omissa.

– Não é possível encontrar um programa financiado pelo governo federal que traga impacto.

Fome

Geovani também comentou matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, destacando que a crise global de alimentos poderá afetar 100 milhões de pessoas em todo o mundo.



Geraldo Magela

Para Mão Santa, Ruth Cardoso implantou programas sociais importantes

Mão Santa lamenta violência no país

A violência "tomou conta do Brasil", afirmou Mão Santa (PMDB-PI), ontem, ao comentar manchetes dos jornais de diversos estados do país.

O senador disse que o aumento da violência deveria ser combatido por meio de um mutirão nacional, cobrando providências do presidente Lula no sentido de comandar uma campanha com esse fim.

Em seu discurso, Mão Santa também afirmou que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi "um dos maiores estadistas brasileiros".

O senador ressaltou que a ex-primeira-dama Ruth Cardoso, falecida recentemente, foi responsável pela implantação de políticas sociais de importância, como o programa Comunidade Solidária, e que ela pode ter tido sua saúde afetada pela "vergonhosa ameaça de um dossiê" divulgando seus gastos pessoais.

– Para uma pessoa que tem caráter, que tem uma história que seria a herança mais significativa aos seus descendentes, isso afeta – disse.

Bernardo Figueiredo será o diretor-geral da ANTT, enquanto Carlos Emmanuel Joppert, Olavo Zago e Vinícius Carvalho irão para o Cade

Plenário aprova indicações para Cade, ANTT e embaixadas

O PLENÁRIO DO Senado Federal aprovou ontem, em votação secreta, as indicações da Presidência da República de três novos membros para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do novo diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e de embaixadores.

Foi acatado o nome de Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para exercer o cargo de diretor-geral da ANTT. Os conselheiros do Cade são: Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo; Olavo Zago Chinaglia e Vinícius Marques de Carvalho.

Autarquia vinculada ao Ministério da Justiça,

o Cade tem por finalidade orientar, fiscalizar, prevenir e apurar abusos de poder econômico, desempenhando papel tutelar da prevenção e repressão desses abusos. O presidente da República será comunicado das aprovações.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Serys Slhessarenko (PT-MT) salientaram, em pronunciamentos no Plenário, a competência dessas autoridades.

Embaixadas

Também foram acolhidas indicações do presidente da República para o cargo de embaixador do Brasil junto a quatro

países e de representante permanente em uma organização internacional.

Para comandar a embaixada brasileira em Burkina Faso, foi designado Santiago Fernández Alcázar. Cumulativamente, o diplomata Sérgio de Souza Arruda assumirá a embaixada do Brasil na Malásia e no Sultanato de Brunei Darussalam, desde que obtido o agrément do governo deste país. Já Flávio Helmold Macieira irá exercer o cargo de embaixador na Nicarágua.

Ricardo Neiva Tavares será o representante permanente junto às comunidades europeias.



Geraldo Magela

Sessão de ontem do Plenário foi marcada pela votação de indicações de autoridades

ACM Júnior cobra fundo contra violência

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) cobrou da Presidência do Senado a inclusão na ordem do dia da proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade (PEC 5/07). O projeto, de autoria do falecido senador Antonio Carlos Magalhães, aguarda decisão da Mesa para entrar na pauta de votações.

Antonio Carlos Júnior afirmou que, à época do encaminhamento do texto – um ano e cinco meses atrás –, "o povo brasileiro assistia perplexo à paralisia do Estado frente ao caos gerado pela violência que atingia todo o território nacional, notadamente as grandes metrópoles".

O fundo a que se refere a proposição será formado por parcelas de tributos já existentes e de ativos recuperados na luta contra o crime.



Geraldo Magela

Antonio Carlos pede votação de projeto apresentado por seu pai

Arns aponta "impacto positivo para milhões"

Três eventos ocorridos na última semana e que representam "um impacto positivo para milhões de brasileiros" foram registrados ontem por Flávio Arns (PT-PR). O primeiro deles refere-se à audiência pública que debateu o trabalho de crianças e adolescentes em plantações de fumo no Paraná. O senador salientou que jovens que se envolvem nessa atividade por muito tempo passam por dificuldades na escola e apresentam níveis de nicotina elevados no organismo.

Outro ponto foi a aprovação, pelo Senado, do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, que será promulgado hoje. Flávio Arns citou ainda o debate com o Ministério da Saúde a respeito do acesso da pessoa com deficiência a tratamentos odontológicos.



Moreira Mariz

Flávio Arns elogia três eventos ocorridos na semana passada



Geraldo Magela

Duque rememora levante de oficiais contestando eleição de Arthur Bernardes

Duque lembra 86 anos de Os Dezoito do Forte

O levante do Forte de Copacabana e outras guarnições do Exército, ocorrido no Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1922, foi lembrado ontem por Paulo Duque (PMDB-RJ).

O senador disse que os jovens oficiais contestavam a vitória eleitoral de Arthur Bernardes, candidato à Presidência da República que teve o apoio do presidente Epitácio Pessoa. Ele pediu a transcrição, nos Anais do Senado, do poema *Os Dezoito do Forte* – nome pelo qual ficou conhecido o levante –, do paranaense Scharffenberg de Quadros.

O poema relata que há 86 anos, 17 jovens oficiais saíram do Forte de Copacabana para enfrentar as forças legalistas do Exército. A eles juntou-se um civil, Otávio Corrêa. Somente dois, apesar de gravemente feridos, sobreviveram: Eduardo Gomes e Antônio Siqueira Campos.

– Havia um poeta por perto, que resolveu descrever aquela epopéia, a mais brilhante do Exército Brasileiro: dezoito contra o mundo inteiro. Um paisano estava ali e perguntou: 'Aonde vocês vão, nessa caminhada?' Responderam: 'Vamos derrubar o governo'. Ele disse: 'Só vocês?'. Era o paisano que é objeto de um trecho do poema *Os Dezoito do Forte* – disse o senador.



Geraldo Magela

Qualidade de ensino passa pela valorização do professor, diz Azeredo

Azeredo: Brasil tem que avançar na educação

O Brasil ainda tem que avançar muito no setor da educação, disse Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Para o senador, "com praticamente 98% das crianças em idade escolar matriculadas em instituições de ensino, o país precisa agora investir na qualidade do ensino, mas sem esquecer da valorização dos professores, que passa por bons salários".

– Na questão da qualidade do ensino, o salário tem um peso forte, porque os professores estarão mais motivados e poderão também ter um preparo mais adequado nos cursos de qualificação e reciclagem – frisou.

Mesmo comemorando a aprovação do piso salarial de R\$ 950 para os professores do ensino básico, Azeredo ponderou que o valor ainda é inferior ao que os professores merecem, e ressaltou a importância de esse piso ser efetivamente implantado. "Segundo o Plano Decenal de Educação Para Todos, lançado em 1993, o piso deveria estar, hoje, entre R\$ 1.000 e R\$ 1.921", afirmou.

Dornelles sugere incentivo a planos de saúde

Os planos e seguros de saúde privados, que já atendem a 40 milhões de brasileiros, deveriam ser incentivados, na opinião de Francisco Dornelles (PP-RJ). Isso levaria o sistema público de saúde, segundo o senador, a se dedicar aos mais pobres.

Ele disse considerar "populista" a idéia de se extinguir o sistema privado, para que todos os brasileiros fossem atendidos nos hospitais públicos.

– De onde o governo iria tirar os R\$ 47 bilhões adicionais necessários para atender as pessoas que hoje são filiadas aos planos e seguros de saúde? Na assistência à saúde da população, não há espaço para devaneios que, em vez da eficiência, mirem o populismo – afirmou.



Dornelles: idéia de extinguir os seguros privados é populista

Dornelles informou que o sistema privado fez, em 2006, 184 milhões de consultas e 6,7 milhões de internações. Já o Sistema Único de Saúde (SUS), público, produziu, no mesmo ano, 422 milhões de consultas e 11,3 milhões de internações. Ante tais números, continuou o senador, caso prevalecesse a idéia de extinção dos planos privados, o governo teria de aumentar em

muito os impostos.

– Por isso, não há motivos que justifiquem o preconceito contra o sistema de saúde suplementar, que vem proporcionando maior bem-estar para milhares de brasileiros e, dessa forma, contribuindo para o avanço social do Brasil – sustentou.

Valter aponta "debilidade" da segurança pública

A execução do menino João Roberto, de 4 anos, por soldados no Rio de Janeiro, levou o senador Valter Pereira (PMDB-MS) a fazer uma reflexão sobre o estado de "debilidade da segurança pública".

Os policiais alegam ter atirado no carro de Alessandra Soares, mãe do garoto, por tê-lo confundido com o dos bandidos que perseguiram. Também estava no carro um bebê de 9 meses, irmão de João Roberto.

– Além da perplexidade e da dor que rompem os limites da família para alcançar a sociedade como um todo, incluindo esta Casa, o episódio impõe profunda análise – disse o senador.

Para Valter, a responsabilidade do policial "que sai atirando a torto e a direito



Valter lamenta morte de criança no Rio de Janeiro

pelo tráfico é inquestionável", mas o responsável maior é o Estado. "Isso porque qualquer política de segurança pública exige mais do que uma boa seleção: exige capacitação e treinamento constante."

– Além disso, uma política de segurança pública não se implementa sem se considerar as condições psicossociais do ambiente profissional. É preciso considerar as pressões que deságuam nas funções policiais: a do governo, exigindo resultados, e a da sociedade, pressionando o governo contra a onda de violência.

O senador questionou se há procedimentos para "temperar a rotina diária brutal dos policiais com atividades de descontração, que reduzam o estresse".

Cristovam elogia política externa do governo Lula

A política externa do governo Lula, comandada pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, foi elogiada por Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador disse que o Brasil ocupa lugar de destaque na formulação de propostas que podem ser apresentadas nos diversos foros globais, como a reunião do G-8 – grupo composto pelos sete países mais industrializados e a Rússia – que está ocorrendo no Japão.

– Nossa renda *per capita* é a mesma do mundo; a nossa esperança de vida é a mesma do mundo; as doenças que temos aqui são as que temos no mundo. O Brasil é a média do mundo. A única coisa em que o Brasil destoa da média é na educação. Nós estamos piores do que a média do mundo – disse o senador.

Por ser um "país-média", afirmou Cristovam, "e por ter propostas, o Brasil tem algo a dizer ao mundo". Entre as propostas, o senador citou o etanol; "o problema da relação dos pobres com os ricos", com programas como o Bolsa Família; os programas de erradicação da poliomielite e de atendimento aos portadores de HIV. O senador acrescentou que, apesar das críticas que faz ao governo, pode dizer, "sem nenhuma falsidade", que o Brasil tem a mais importante liderança em termos de política externa no mundo.

Casagrande defende melhora do controle da gestão pública

Em relatório apresentado à CMA, senador propõe a divulgação, em tempo real, dos gastos das prefeituras e dos governos estaduais e federal, além da reforma política

O SENADOR RENATO Casagrande (PSB-ES) apresentou ontem à Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CMA) relatório com propostas que podem melhorar o controle externo da gestão pública, entre elas a responsabilização legal do gestor público pela implantação e cumprimento de processos de controle interno.

A publicação dos gastos oficiais na internet, em tempo real, por prefeituras e governos estaduais e federal é outra medida. O documento traz também sugestões sobre nepotismo e quarentena para autoridades e servidores públicos.

A legislação, conforme a proposta, deve definir critérios de proteção aos servidores que denunciarem corrupção e estabelecer limites ao caráter sigiloso dos gastos públicos. Uma nova estrutura, o Conselho Superior para Controle dos Tribunais de Contas, também deve ser criada, no entender do relator, nos moldes do Conselho Nacional de Justiça.

O relatório sugere ainda a reestruturação da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para priorizar as emendas coletivas, e não as individuais, e rechaçar "janelas orçamentárias". Nesse sentido, o texto clama por uma



Casagrande (D), ao lado de Quintanilha, quer nova lei para o Orçamento

nova Lei Geral de Orçamentos e Finanças Públicas, para substituir a Lei 4.320/64, e pede a criação de uma Comissão Mista de Fiscalização e Controle, composta por senadores e deputados.

Segundo Casagrande, o ciclo de debates identificou o Poder Legislativo como o mais importante instrumento de controle dos atos do Executivo. Assim, disse, o Congresso pode coordenar os atores sociais responsáveis pelo controle da gestão pública, como tribunais de contas, órgãos de controle interno e organizações não-governamentais. Da mesma forma, ressaltou, cabe ao Senado papel de destaque em uma rede nacional de controle dos gastos públicos e de aperfeiçoamento legislativo.

Casagrande ressaltou ainda a necessidade de aprovação de uma reforma política que torne transparentes e baratos os gastos de campanha, de forma a reduzir as possibilidades de corrupção.

Corrupção endêmica

O relatório de Renato Casagrande é resultado do ciclo de debates sobre controle externo da gestão pública para evitar a corrupção endêmica e a ineficiência, que levam a crises políticas e são condenadas pela opinião pública, conforme o senador, em "uma espiral quase interminável de casos comprováveis".

– É preciso ouvir o grito popular que clama por eficientes meios de controle – alertou Renato Casagrande.

Magno Malta quer votar hoje projeto contra pedofilia

Ao fazer um relato dos trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia em Boa Vista, capital de Roraima, o senador Magno Malta (PR-ES) apelou aos membros da Casa para que votem com urgência, na sessão plenária de hoje, o projeto de lei da CPI que tipifica a pedofilia como crime hediondo.

A proposta muda o Estatuto da Criança e do Adolescente, tratando como crime passível de prisão o armazenamento de imagens pornográficas envolvendo crianças. Atualmente, o crime só fica caracterizado quando há comprovação da produção, venda ou divulgação das imagens.

Em seu pronunciamento, Magno Malta comemorou a adesão da cafetina Lidiane Foo, de Roraima, ao programa de proteção à testemunha e à delação premiada. Ao receber a proteção do Estado, Lidiane testemunhou contra o procurador do estado de Roraima, Luciano Queiroz, acusando-o de abusos sexuais contra crianças.

Lidiane, relatou o parlamentar, foi abusada pelo procurador. A cafetina teria sido vítima dele desde os 11 anos de idade. Mas tarde teria levado ao procurador outras crianças, inclusive sua própria filha, de 7 anos, segundo informou Magno Malta.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Alvaro Dias • Expedito Júnior • Sérgio Zambiasi • Jefferson Praia • Efraim Morais

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helivaldo Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Morais
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Congresso lembra os 18 anos do ECA

O Congresso realiza hoje, às 11h, sessão solene no Plenário do Senado para celebrar os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído em 13 de julho de 1990. Essa legislação, em obediência ao artigo 227 da Constituição, adota a chamada doutrina da proteção integral, cujo pressuposto básico afirma que crianças e adolescentes devem ser vistos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral.

Com 267 artigos e dois livros, o ECA garante os direitos e deveres de cidadania a crianças e adolescentes, determinando a responsabilidade dessa garantia aos setores que compõem a sociedade, como a família, o Estado e a comunidade. O primeiro livro trata da proteção dos direitos fundamentais à pessoa em desenvolvimento e o segundo dispõe sobre os órgãos e procedimentos de proteção. Ao longo de seus capítulos e artigos, o estatuto discorre sobre políticas referentes a saúde, educação, adoção, tutela e questões relacionadas a crianças e adolescentes autores de infrações.

CDH decide sobre agência de proteção

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) pode votar hoje, na reunião marcada para as 9h, em decisão terminativa, projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que autoriza o Executivo a criar a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente (ANPCA). Pela proposta, a agência terá a finalidade de apresentar as diretrizes das políticas destinadas ao público infanto-juvenil e de regular, controlar e avaliar a execução de tais políticas.

Conforme a proposição (PLS 50/05), explicou a relatora, Patrícia Saboya (PDT-CE), o novo órgão ficará subordinado à Presidência da República e deverá executar as políticas de forma direta ou por meio de convênios. A agência também deverá promover e estimular a garantia dos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Na opinião de Cristovam, as políticas de proteção oferecidas pelo Estado estão em desequilíbrio com as expectativas geradas desde a publicação do ECA, há 18 anos. O texto em exame é o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Depois de receber sugestões da sociedade, em 180 dias, grupo deverá apresentar texto do novo Código de Processo Penal, que pode ser transformado em projeto de lei

Garibaldi instala comissão para elaborar novo CPP

COMISSÃO DE NOVE estudiosos do direito processual penal, incluindo representantes da magistratura, do Ministério Público, da Polícia Federal e da advocacia, inicia hoje o trabalho de propor mudanças no Código de Processo Penal (CPP). A instalação do colegiado será realizada pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves, às 9h, no Salão Nobre do Senado, com a presença, entre outros, do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Hamilton Carvalhido, que integrará a comissão.

O texto em vigor é um decreto-lei de 1941 e nunca foi alvo de

reforma completa. A comissão receberá sugestões e, posteriormente, o texto passará por consulta pública. Nova comissão, composta por senadores, vai analisar o anteprojeto, para transformá-lo em projeto de lei.

O colegiado, que define em reunião após a instalação o coordenador e o cronograma de trabalho, tem prazo de 180 dias. Servidores da Casa vão assessorar a comissão, que já tem sítio na internet: www.senado.gov.br/novocpp. As sugestões poderão ser recebidas no endereço novocpp@senado.gov.br.

Além de Carvalhido, integram

a comissão: Antonio Corrêa (juiz federal), Antônio Magalhães Gomes Filho (advogado e professor da Universidade de São Paulo), Eugenio Pacelli (procurador regional da República) Fabiano Martins Silveira (consultor legislativo do Senado), Félix Valois Coelho Júnior (advogado e ex-secretário de Justiça do Amazonas), Jacinto Miranda Coutinho (advogado e professor da Universidade Federal do Paraná), Sandro Torres Avelar (delegado federal e presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal) e Tito de Souza Amaral (promotor de Justiça).

Contas do governo Lula de 2007 chegam ao Senado

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Walton Alencar Rodrigues, entregou ontem ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, o parecer favorável daquela corte, com 22 ressalvas, à aprovação das contas do governo federal de 2007. O documento, relatado pelo ministro Benjamin Zymler, será apreciado pelo Legislativo.

Walton Rodrigues considera o exame das contas uma atribuição vital do Parlamento. Apesar disso, ele comunicou a Garibaldi que desde 2002 elas não têm sido julgadas. O presidente do Senado prometeu apressar as votações.

O relatório do TCU apontou erros nas contas, como deficiências no planejamento das metas físicas e financeiras do Orçamento da União, inexistência de sistema de custos para avaliar a gestão orçamentária e ausência de indicadores para 28% dos programas do Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007. Com relação às obras do PAC, o tribunal identificou irregularidades graves em 20 das 128 que foram fiscalizadas em 2007.



Walton Rodrigues (E) entrega relatório a Garibaldi

Garibaldi recebeu ontem o ministro interino da Cultura, Juca Ferreira, com quem conversou sobre mudanças na lei federal de incentivo a investimentos culturais, a Lei Rouanet

Lei Rouanet

O ministro disse que vai trazer para debate no Senado uma proposta de reforma nessa lei.

– Ofereci-me para apresentar a proposta de reforma da Lei Rouanet, em primeira mão, aqui no Senado. Já há uma

discussão estabelecida aqui, a partir de uma lei de iniciativa dos produtores culturais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Mas agora temos uma proposta mais ampla, que envolve toda a cultura e que é a superação dos limites e entraves da atual Lei Rouanet.

De acordo com Ferreira, o maior entrave enfrentado é a concentração de investimentos da iniciativa privada em produções culturais que dão retorno e que se localizam, sobretudo, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Conforme explicou, isso é prejudicial porque os recursos são

públicos, produto de renúncia fiscal, e deveriam contemplar toda a nação.

Ferreira citou como exemplo de aplicação de dinheiro que nenhuma empresa tem interesse o parque arqueológico da Serra da Capivara, no Piauí. Ele observou que o parque é reconhecido mundialmente por abrigar os primeiros registros da presença do homem no planeta, entretanto não existe preocupação com esse tipo de investimento.

Embaixador francês lamenta morte de brasileira

Durante audiência pública realizada ontem pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o embaixador da França no Brasil, Antoine Pouillete, classificou a morte da brasileira Nerize Dias de Oliveira como “uma infelicidade”.

Nerize morreu ao ser deportada da Guiana Francesa na fronteira com o Suriname. Os demais participantes da reunião pediram que as circunstâncias da morte sejam investigadas para que as acusações de trulência contra as autoridades francesas sejam esclarecidas.

Um grupo de garimpeiros deportados da Guiana Francesa denunciou a morte de Nerize, 36 anos, que teria caído do barco que os transportava. A polícia

francesa não teria prestado socorro nem permitido o resgate da mulher. Seu corpo, encontrado cinco dias depois, apresentaria marcas no crânio causadas pelas hélices da embarcação. Nerize também teria sido enterrada fora do Brasil, sem autorização do marido e o atestado de óbito não traria a *causa mortis*.

Essas informações foram relatadas ao deputado estadual

Camilo Capiberibe, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Amapá, presente à audiência.

O Itamaraty comunicou que exigiu explicações da Guiana Francesa e aguarda a realização da exumação do corpo.

Papaléo Paes (PSDB-AP) disse não questionar a atuação da polícia francesa, mas a arbitrariedade no trato de imigrantes ilegais.



Na reunião presidida por Paulo Paim (C), polícia francesa foi acusada de trulência

Convenção ajuda pessoas com deficiência

Será promulgado hoje o decreto legislativo que aprova o texto da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo. O documento foi assinado pelo governo brasileiro em 30 de março de 2007.

O objetivo da convenção é promover e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade.

O texto da convenção define como pessoas com deficiência as que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade.

A convenção estabelece ainda que, entre seus propósitos, está o de facilitar a comunicação para essas pessoas, a partir de uma linguagem adequada, da visualização de textos, da utilização do método braille e da comunicação tátil, entre outros.

CRA discute mais apoio à ovinocultura

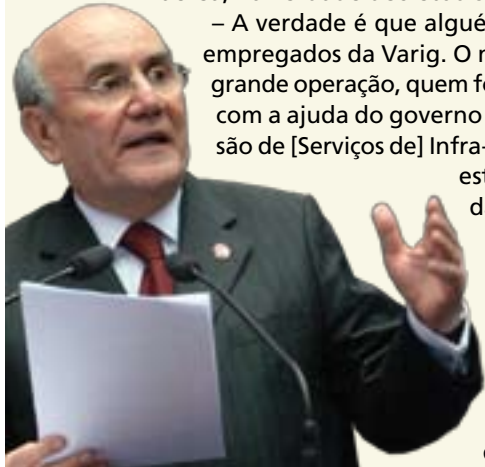
Audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vai discutir amanhã a cadeia produtiva de caprinos e ovinos no Brasil. A iniciativa é do presidente da comissão, senador Neuto de Conto (PMDB-SC), e a reunião está marcada para as 9h.

O objetivo da audiência é debater questões relacionadas ao setor ovinocaprinocultor, que propicia a diversificação de produtos à base de carnes, como os embutidos. Segundo a assessoria da comissão, com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, a atividade pode gerar novas fontes de renda a pequenos produtores, especialmente os da região Nordeste.

Para discutir o tema, foram convidados o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos do Ministério da Agricultura, Francisco Edilson Maia da Costa, que também preside a Comissão Nacional de Ovinocaprinocultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; e o coordenador da Carteira de Ovinos e Caprinos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Enio Queijada de Souza.

“Quem lucrou com a venda da Varig?”

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) acusou ontem o governo federal de ter promovido a falência da Varig ao colocar a empresa à venda por determinação judicial. De acordo com o senador, o Executivo, que diz ter feito tudo para salvar a companhia aérea, na verdade decretou seu fim.



Flexa Ribeiro: governo federal promoveu falência da empresa

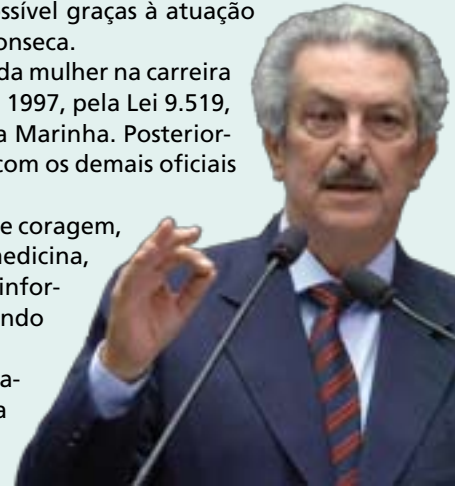
– A verdade é que alguém lucrou, mas não foi o Brasil, nem os empregados da Varig. O mote é descobrir quem lucrou com essa grande operação, quem foi o cérebro e se a operação foi montada com a ajuda do governo federal, como acusou perante a Comissão de [Serviços de] Infra-Estrutura, semana passada, o deputado estadual Paulo Ramos, que presidiu a CPI da Varig no Rio de Janeiro – disse.

Flexa Ribeiro criticou a ministra Dilma Rousseff por suas declarações acerca das denúncias sobre o caso Varig, que teria classificado como “a escandalização do nada”.

– Para mim, é uma tentativa de o governo sepultar o caso. Bilhões de dólares foram parar no bolso de alguém, e milhares de empregos foram para o ralo – frisou.

Tuma lembra ação feminina na Marinha

Romeu Tuma (PTB-SP) lembrou a passagem do 28º aniversário do início do ingresso da mulher na Marinha do Brasil, com a criação, em 1980, do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, para atuar nas áreas técnicas e administrativas. Ele disse que a iniciativa pioneira foi possível graças à atuação do então ministro Maximiano da Silva Fonseca.



A mulher atua hoje em várias áreas da Armada brasileira, destaca Romeu Tuma

Segundo o parlamentar, os horizontes da mulher na carreira naval foram ampliados em novembro de 1997, pela Lei 9.519, que reestruturou os corpos e quadros da Marinha. Posteriormente, como recordou, veio a paridade com os demais oficiais e praças.

– No caminho trilhado com obstinação e coragem, a mulher militar chegou a áreas como medicina, engenharia, arquitetura, comunicação, informática, economia e direito, desenvolvendo reconhecido trabalho.

Tuma registrou ainda que será promulgado hoje o decreto legislativo que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), e seu Protocolo Facultativo.

Alvaro Dias elogia atuação da PF em caso de dossiê

A atuação da Polícia Federal no caso do vazamento do dossiê sobre gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e da ex-primeira-dama Ruth Cardoso foi elogiada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Citando matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Alvaro Dias ressaltou a importância das investigações realizadas pelo órgão, as quais levaram o juiz federal José Airton de Aguiar Portela a pedir que o Supremo Tribunal Federal (STF) investigue a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o ministro da Justiça, Tarso Genro, por suposta participação no caso.

– Louvo o papel desempenhado pela Polícia Federal. Sempre acreditei nela. Depositei as minhas esperanças no delegado, Dr. Sérgio Menezes, com a certeza absoluta de que concluiria esse inquérito indiciando os principais responsáveis pela delinquência praticada – disse.

Alvaro Dias também acusou o governo de praticar discriminação contra as emendas individuais de sua autoria apresentadas ao Orçamento.

Expedito Júnior aponta pressão contra regra para indenizações

Conforme a proposta, o Tribunal de Contas da União terá de se manifestar sobre o valor dos benefícios concedidos pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

AUTOR DO PROJETO (PLS 517/07) que dá transparência às indenizações concedidas pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, o senador Expedito Júnior (PR-RO) denunciou ontem que está sendo pressionado a desistir da proposta por “candidatos às indenizações”.

Segundo afirmou, as pressões começaram assim que o senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), apresentou voto favorável ao projeto. Expedito disse que está recebendo “cartas com ataques pessoais, com palavras truculentas”.

– Esse tom não me parece muito democrático e só aumenta a minha preocupação com a necessidade de realmente se dar mais transparência a esse assunto – frisou.

Expedito Júnior apresentou o projeto após a publicação de



Objetivo do projeto é dar transparência, diz Expedito

notícias sobre o que chamou de “indenizações exorbitantes”. A sociedade brasileira, ressaltou, não compreende quais são os critérios usados para os pagamentos.

– A transparência é fundamental para que não sejamos surpreendidos daqui a pouco por uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o assunto. Eu pergunto: quem pode ter medo da transparência?

Expedito também que requerimento tenha solicitado a transferência da matéria para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O parlamentar propõe que a portaria do Ministério da Justiça com o total da indenização discrimine o valor relativo a danos materiais e a danos morais; que o Tribunal de Contas da União (TCU) manifeste-se, previamente, sobre a capacidade orçamentária de pagamento das indenizações milionárias; que um membro do TCU integre a Comissão de Anistia; e que os membros da Comissão de Anistia apresentem cópia das respectivas declarações de Imposto de Renda.

Expedito também prometeu pronunciar-se hoje sobre o desmatamento na Amazônia.

Paim defende cota para aluno de escola pública

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou a aprovação, na semana passada, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) de projeto (PLS 546/07) da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) que reserva 50% das vagas em instituições públicas federais de ensino superior, profissional e tecnológico para estudantes de escolas públicas. Relator da matéria, Paim disse que a medida objetiva “romper por meio da educação o ciclo de pobreza e exclusão que atinge milhares de brasileiros, em especial os jovens”.

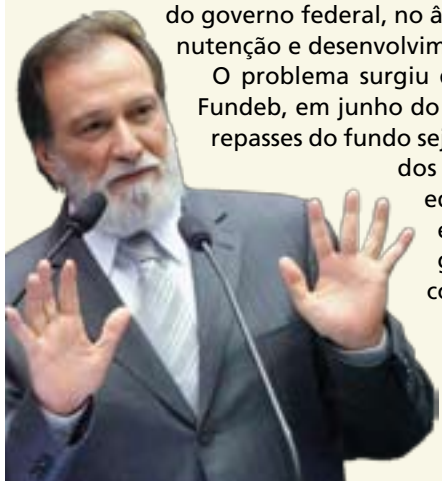
– Fomos favoráveis à idéia por ela vir ao encontro daquilo que defendemos nessas mais de duas décadas aqui no Congresso Nacional – enfatizou Paim. Ele salientou que a proposição inclui projeto, já arquivado, de sua autoria que garantia 50% das cotas no ensino superior para alunos de escolas públicas.

Paim lembrou ainda que também inseriu em seu relatório ao projeto de Ideli cotas para pessoas com deficiência.

– Assim, esses brasileiros terão maior acesso à educação.

Osmar quer uso mais eficaz do Fundeb

Osmar Dias (PDT-PR) anunciou ter apresentado projeto de lei complementar modificando dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para garantir que o prefeito use, na área educacional, todas as verbas que receber do governo federal, no âmbito do Fundeb – fundo destinado à manutenção e desenvolvimento da educação básica.



Osmar: LRF restringe aplicação do fundo no salário dos professores

O problema surgiu depois que o Congresso acolheu a lei do Fundeb, em junho do ano passado, determinando que 60% dos repasses do fundo sejam aplicados necessariamente nos salários dos professores e de outros profissionais da educação. A LRF, aprovada sete anos antes, estabelece que os municípios não podem gastar mais do que 54% de suas receitas correntes líquidas em salários.

Assim, conforme o senador, se um município já está gastando com pessoal o máximo permitido pela LRF, o prefeito fica em uma situação difícil quando chegam verbas do Fundeb. Se aplicar o percentual de 60%, ele pode ultrapassar os 54% da LRF. Resultado: às vezes, para cumprir a lei, o prefeito não usa o dinheiro do fundo.

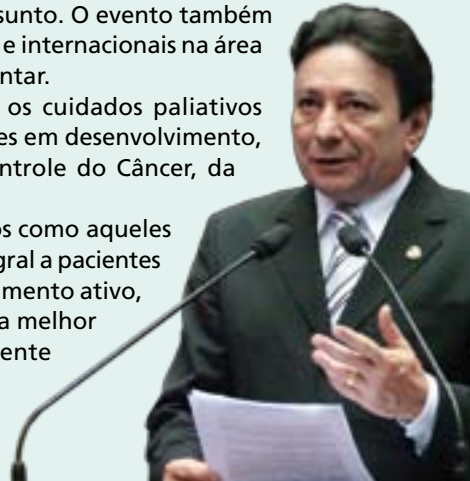
Cuidado paliativo terá congresso no DF

Papaléo Paes (PSDB-AP) informou que Brasília sediará este ano o 3º Congresso Internacional de Cuidados Paliativos, que reunirá profissionais de diversas áreas da saúde com o objetivo de divulgar conhecimentos científicos e o aprimoramento profissional sobre o assunto. O evento também irá avaliar as políticas públicas nacionais e internacionais na área de cuidados paliativos, disse o parlamentar.

Segundo o senador, que é médico, os cuidados paliativos devem ser uma prioridade para os países em desenvolvimento, de acordo com o Plano Global de Controle do Câncer, da Organização Mundial da Saúde (OMS).

– A OMS define os cuidados paliativos como aqueles que consistem na assistência ativa e integral a pacientes cuja doença não responde mais ao tratamento ativo, sendo o principal objetivo a garantia da melhor qualidade de vida, tanto para o paciente como para seus familiares.

A organização do congresso está a cargo da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, em parceria com a Academia Nacional de Cuidados Paliativos e o Instituto Nacional do Câncer (Inca).



Papaléo informa que evento avaliará políticas sobre o tema